



Câmara Municipal de Pompeia

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA

Processo Nº

07.795

Data

29/06/2015

Assunto de

Lei nº 25/2015

Por

Prefeito Municipal

Conteúdo

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências

TRAMITAÇÃO

Assinatura de Justiça e Redação.

01/07/2015

Diretor de Secretaria

Relator 03/07/2015
Valentim Marques Azevedo Jr.

x

Estado

Aprovado por 10 a 0 votos

Rejeitado por a votos

Pompeia, 13/07/2015

Presidente

Aprovado por a votos

Rejeitado por a votos

Pompeia, / /

Presidente

Protocolo Nº 22/2015

Lei Nº

de

Observações:

Arquivado em



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

www.pompeia.sp.gov.br - pmp@pompeia.sp.gov.br

Rua Dr. José Moura Resende, 572 - Caixa Postal nº 1 - CEP 17580-000 - Fone/Fax: (14) 3405-1500

Ofício GP nº 307/2015

Pompeia, 9 de junho de 2015.

Senhor Presidente:

Projeto de lei nº 25/2015

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos encaminhar a Vossa Excelência, o anexo projeto de lei que "Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências", a fim de ser submetido à douta apreciação e deliberação do ilustre plenário dessa Egrégia Casa de Leis.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência terá como finalidade principal assessorar o governo municipal no sentido de que o exercício dos direitos civis e humanos das pessoas com deficiência seja assegurado dentro da globalidade da política de governo.

O Conselho tem ainda, dentre outros, o objetivo que visa elaborar planos, programas e projetos da política municipal para a inclusão social da pessoa com deficiência, além de propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento.

O presente projeto de lei vem também atender, a sugestão apresentada pelo nobre edil Carlos Rogério Barbosa, DD. Presidente dessa douta Câmara Municipal.

Acreditando estar o mérito justificado, reiteramos seja a proposição apreciada e votada pelo douto plenário dessa Colenda Câmara Municipal, em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Aproveitamos o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

OSCAR NORIO YASUDA
Prefeito Municipal

Às Comissões competentes.
Pompéia, 23 / 06 / 2015


Presidente da Câmara

A Sua Excelência o Senhor
CARLOS ROGÉRIO BARBOSA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Pompeia
POMPEIA – SP

Às Comissões competentes.
Pompéia, ____ / ____ / ____

Presidente da Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

www.pompeia.sp.gov.br - pmp@pompeia.sp.gov.br

Rua Dr. José Moura Resende, 572 - Caixa Postal nº 1 - CEP 17580-000 - Fone/Fax: (14) 3405-1500

PROJETO DE LEI Nº 25 /2015.

cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pompeia aprova:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Artigo 1º - Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que terá como finalidade assessorar o governo municipal, no sentido de que seja assegurado o exercício dos direitos civis e humanos das pessoas deficientes, dentro da globalidade da política de governo.

Artigo 2º - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência compete estabelecer diretrizes que visem à implementação dos planos e programas de apoio à pessoa com deficiência, propondo medidas de defesa dos seus direitos.

Artigo 3º - O Conselho será um órgão de caráter deliberativo, relativo à sua área de atuação, com os seguintes objetivos:

- I - elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;
- II - zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;
- IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- VII - propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;
- VIII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- IX - manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;
- X - avaliar anualmente o desenvolvimento da política municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;
- XI - elaborar o seu regimento interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

www.pompeia.sp.gov.br - pmp@pompeia.sp.gov.br

Rua Dr. José Moura Resende, 572 - Caixa Postal nº 1 - CEP 17580-000 - Fone/Fax: (14) 3405-1500

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Artigo 4º - O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência será composto por 10 (dez) membros, na seguinte conformidade:

I - 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil :

- a - 1 (um) representante da APAE/Pompeia;
- b - 1 (um) representante da OAB/Pompeia;
- c - 1 (um) representante de Clube Social;
- d - 1 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial - ACE;
- e - 1 (um) representante de entidade religiosa.

II - 5 (cinco) representantes do órgão público:

- a - 1 (um) representante da DHS - Departamento de Higiene e Saúde;
- b - 1 (um) representante do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto;
- c - 1 (um) representante da Divisão da Educação e Cultura;
- d - 1 (um) representante da Divisão de Ação e Bem-Estar Social;
- e - 1 (um) representante da Divisão de Esportes e Recreação.

§ 1º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2º - Os membros do Conselho serão nomeados por Decreto pelo Executivo Municipal.

§ 3º - O Presidente do Conselho será eleito entre seus pares.

§ 4º - O mandato dos Conselheiros será de dois anos, sendo permitida sua recondução.

§ 5º - As funções dos Conselheiros não serão remuneradas, sendo consideradas de serviço público relevante.

Artigo 5º - Perderá o mandato o conselheiro que:

I - reiteradamente deixar de comparecer às reuniões, sem apresentar justificativa.

II - desvincular-se do órgão de origem da sua representação;

III - apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Comissão Executiva;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo único - A substituição dar-se-á por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Artigo 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação, em parceria com o Executivo Municipal, uma Conferência Municipal a cada dois anos, para deliberar, avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

Parágrafo único - A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será convocada pelo respectivo Conselho no período de até sessenta dias anteriores à data para sua realização.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pompeia, 26 de maio de 2015.

OSCAR NORIO YASUDA
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pompeia

Estado de São Paulo

Rua João da Costa Vieira, 584 - Cx. Postal 46 - CEP 17580-000 - Telefax (14) 3452-1405 - Pompeia - SP

www.camarapompeia.sp.gov.br

- e-mail: cmpompeia@camarapompeia.sp.gov.br

Comissão de Justiça e Redação
Comissão de Finanças e Orçamento

PARECER EM CONJUNTO

Projeto de Lei nº 25/2015

Autor: Prefeito Municipal


Assunto: CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

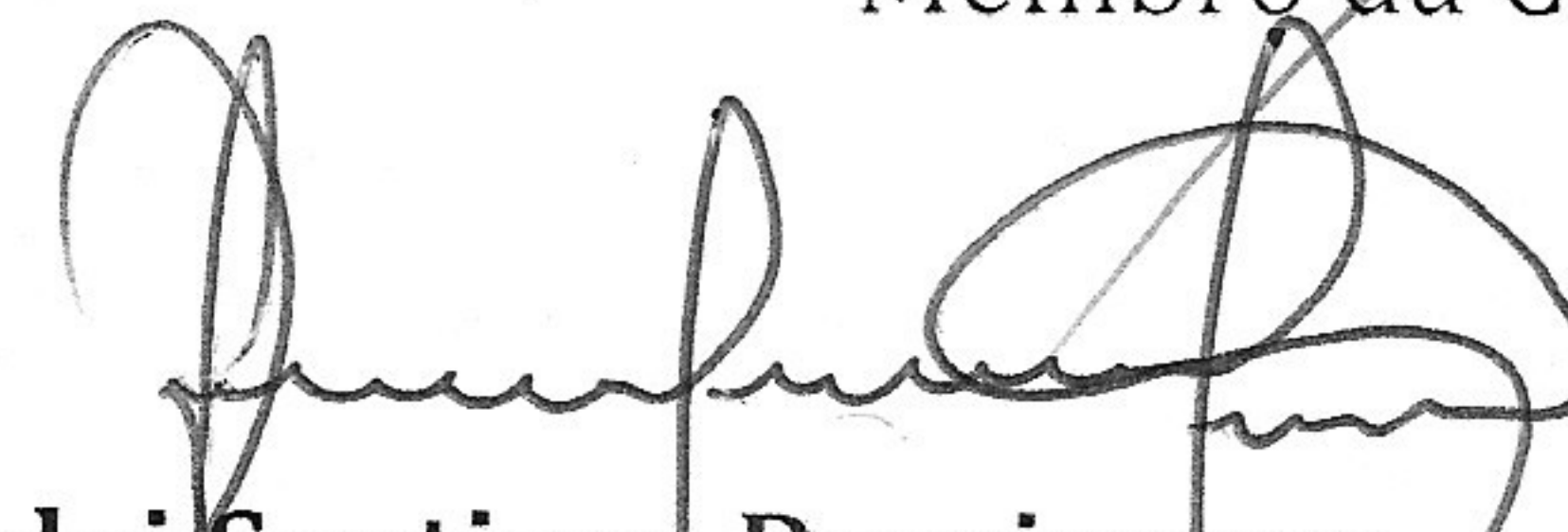
A matéria em análise, de autoria do Sr. Prefeito, foi considerada legal e Constitucional.

Quanto ao mérito, também somos plenamente favoráveis, pois caberá ao referido Conselho estabelecer diretrizes que visem à implementação de planos e programas de apoio à pessoa com deficiência, estabelecendo medidas de defesa dos seus direitos.

Pela aprovação.


Sala das Comissões, 13 de julho de 2015.


Valentim Marques de Abreu Júnior
Membro da Comissão de Justiça e Redação
Relator


Claudirlei Santiago Domingues
Presidente da Comissão de Justiça e Redação


Fátima Cavaliéri
Membro da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças


Elcio Rigotto Zapparoli
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento


Nilson Fernandes da Silva
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento